



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Requer a realização de audiência pública com o Ministro da Fazenda para debater as medidas de ajuste fiscal em andamento.

Requeiro, nos termos do artigo 24, III do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública com o Ministro da Fazenda para debater as medidas de ajuste fiscal em andamento.

JUSTIFICAÇÃO

Várias medidas promovendo o ajuste fiscal foram tomadas pelo Governo Federal. Debaixo de críticas duras dos diversos partidos e dos sindicatos de trabalhadores, foram editadas as Medidas Provisórias 664 e 665 que estabeleceram uma série de alterações nas regras de seguro-desemprego, abono salarial, seguro-defeso, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-reclusão.

Em seguida, foi publicada a Medida Provisória 668 que eleva de 9,25% para 11,75% as alíquotas somadas de contribuição ao PIS/Pasep e daCofins incidentes sobre a importação de mercadorias.

Depois de devolvida a Medida Provisória 669, o Governo encaminhou o Projeto de Lei nº 863/2015 que aumenta a contribuição sobre faturamento para 59 setores da economia a partir de junho.

No Senado está em discussão o projeto que obriga a União a colocar em prática o novo indexador das dívidas dos estados e municípios, que virou lei em 2014 (Lei Complementar 148/2014), mas que o governo ainda não tinha regulamentou para adiar a renegociação, em nome do ajuste fiscal.

Finalmente, foi apresentado, por pressão desta Casa, a Medida Provisória 672 que estende a atual política de salário mínimo de reajuste pela variação real do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes e pela inflação acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior.

Neste sentido, estamos apresentando o presente Requerimento para que o Ministro possa vir nesta Comissão debater estas medidas assim como tem feito no Senado Federal.

Sala da Comissão, de de 2015.

Deputado SILVIO TORRES
PSDB - SP